

TERMO DE CONTRATO Nº 508/2024

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS – LICITAÇÃO



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO DO ALTO PARANAÍBA

(Processo Administrativo nº 024/2024)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 508/2024, QUE FAZEM
ENTRE SI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
ALTO DO PARANAÍBA, E JVN COMERCIO E TRANSPORTES
LTDA.**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto do Paranaíba - CISALP, portador do CNPJ nº 02.319.394/0001-70, com sede administrativa na Rua Osvaldo Avelar, nº 182, Bairro Novo Horizonte, em Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais, CEP: 38.720-000, neste ato representado por seu Presidente César Caetano de Almeida Filho, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) **JVN COMERCIO E TRANSPORTES LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 16.483.147/0001-10, sediado na Rua Luiz Furtado de Abreu, nº 1060, bairro Centro, na cidade de Santana da Vargem, estado de Minas Gerais, CEP 37.195-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por Paulo José Barbosa portador da Carteira de Identidade RG nº MG – **.580.***, órgão expedidor SSP/MG e CPF nº ***.695.946-**, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 024/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 006/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CESAR CAETANO
DE ALMEIDA
FILHO:91067898620**

Assinado de forma digital por
CESAR CAETANO DE ALMEIDA
FILHO:91067898620
Dados: 2024.07.25 08:13:09
-03'00'

**JVN
COMERCIO E
TRANSPORTE
S
LTDA:164831
47000110**

Assinado de forma
digital por JVN
COMERCIO E
TRANSPORTES
LTDA:1648314700
0110
Dados: 2024.07.29
10:51:39 -03'00'

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada em locação de Veículos Automotores Tipo Furgão – Modelo: Fiat Fiorino do Tipo Furgão ou Similar, em atendimento as eventuais demandas decorrentes do Projeto do Governo do Estado de Minas Gerais denominado “Vigilância Laboratorial” conforme estabelecido em Resolução SES/MG nº 9.158, de 22 de Novembro de 2023, suas alterações e demais normativas instituídas pela Secretaria de Estado de Saúde referente ao Programa Vigilância Laboratorial, por meio do Consórcio Intermunicipal do Alto Paranaíba – CISALP, para atendimento as demandas das URS de Patos de Minas e Uberaba. Nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM/MARCA/MODELO	UNID.	QUANT. VEÍCULOS / LOCAÇÕES MENSAL	QUANT. TOTAL ANUAL (12 MESES) DE LOCAÇÕES	VALOR UNITÁRIO (POR VEÍCULO/ MENSAL)	VALOR TOTAL MENSAL
01	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO FURGÃO – ZERO KM NA COR BRANCA. Motorização: Mínima de 1.3 Combustível: Álcool/Gasolina (Bicombustível) Potência mínima: 84 cavalos. Cor: Branca Câmbio: Mínimo de 05 marchas à frente e 01 à ré. Portas: 04 portas, sendo: duas de abrir (uma para o motorista e outra para o passageiro) e 02 na parte de trás.	LOCAÇÃO	04	48	R\$3.900,00	R\$15.600,00



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

<p>Direção: Hidráulica ou elétrica.</p> <p>Vidros: Elétricos.</p> <p>Ar Condicionado: Sim.</p> <p>Som Automotivo: Com entrada USB.</p> <p>Protetor de Câter: Sim.</p> <p>Capacidade de Carga: Mínima de 650kg.</p> <p>Capacidade Volumétrica do Baú: Mínima de 3.000 litros.</p> <p>Acessórios Internos: Jogo de tapetes de borracha.</p> <p>Conformidade com Código Nacional de Trânsito</p> <p>Veículo com todos os acessórios necessários.</p> <p>Segurança: Alarme, Trava e vidros com película protetora de acordo com a permissão legal.</p> <p>Limpador e desembaçador de para-brisas dianteiro.</p> <p>Air Bag duplo.</p> <p>Freios ABS.</p> <p>Estrutura e Carroceria: Em aço, com tratamento anticorrosivo.</p> <p>Pintado na cor branca.</p> <p>Compartimento de carga confeccionado em aço ou</p>					
---	--	--	--	--	--

JVN COMERCIO
E TRANSPORTES
LTDA:16483147
000110

Assinado de forma digital
por JVN COMERCIO E
TRANSPORTES
LTDA:16483147000110
Dados: 2024.07.29
10:50:55 -03'00'

CESAR
CAETANO
DE
ALMEIDA
FILHO:9106
7898620

Assinado de forma
digital por CESAR
CAETANO DE
ALMEIDA
FILHO:910678986
20
Dados: 2024.07.25
08:13:36 -03'00'



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

	<p>plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV).</p> <p>Seguro: Seguro total do veículo e Seguro contra terceiros.</p> <p>Manutenção: Manutenção corretiva e preventiva sem custo ou franquia.</p> <p>MODELO: FIAT FIORINO DO TIPO FURGÃO OU SIMILAR.</p> <p>FIAT – FIORINO ENDURENCE 1,4 EVO FLEX MANUAL</p>					
VALOR TOTAL DAS LOCAÇÕES ANUAL: R\$187.200,00						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será iniciado na data da assinatura do presente contrato vigerá por 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, considerando tratar-se de fornecimento de natureza contínua.

2.1.1. À prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.1. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação

CESAR CAETANO
DE ALMEIDA
FILHO:9106789862
0

Assinado de forma digital
por CESAR CAETANO DE
ALMEIDA
FILHO:91067898620
Dados: 2024.07.25 08:13:46
-03'00'

JVN COMERCIO
E
TRANSPORTES
LTDA:16483147
000110

Assinado de forma
digital por JVN
COMERCIO E
TRANSPORTES
LTDA:16483147000110
Dados: 2024.07.29
10:50:33 -03'00'



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 187.200,00 (cento e oitenta e sete mil e duzentos reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado mensalmente, mediante cada locação.

6.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

6.1.1.1. Não produzir os serviços e entregas dos produtos acordados, conforme descrito neste documento.

6.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

6.2. Os veículos deverão ser entregues em até no máximo 30 (trinta) dias úteis da emissão da ordem de serviço, considerando a necessidade de estruturação, início do serviço e demanda apresentada.

6.3. Os serviços acompanhados pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, 1, a, da Lei n 14.133).

CESAR CAETANO DE
ALMEIDA
FILHO:91067898620
Assinado de forma digital por
CESAR CAETANO DE ALMEIDA
FILHO:91067898620
Dados: 2024.07.25 08:13:56
-03'00'

JVN COMERCIO
E TRANSPORTES
LTDA:16483147
000110
Assinado de forma digital
por: JVN COMERCIO E
TRANSPORTES
LTDA:16483147000110
Dados: 2024.07.29
10:49:55 -03'00'



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

6.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do relatório detalhado do objeto do contrato que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório do relatório detalhado sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado dos serviços realizados e dos produtos entregues para execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento do produto com a entrega do relatório detalhado ou, em havendo mais de uma ser feito, com a entrega do último;

6.8.2. A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes do produto fornecido materiais empregados, cabendo à fiscalização bloquear o pagamento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas;

6.8.3. A fiscalização não autorizará o pagamento de produtos até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021);

6.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de entrega de todos os produtos exigíveis;

6.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à

CESAR CAETANO
DE ALMEIDA
FILHO:910678986
20
Assinado de forma digital
por CESAR CAETANO DE
ALMEIDA
FILHO:91067898620
Dados: 2024.07.25 08:14:06
-03'00'

JVN
COMERCIO E
TRANSPORTES
ES
Assinado de forma
digital por JVN
COMERCIO E
TRANSPORTES
LTDA:16483147000
110
Dados: 2024.07.29
10:49:34 -03'00'

SEDE ADMINISTRATIVA: Rua Osvaldo Avelar, nº 182, bairro Novo Horizonte. Lagoa Formosa/MG

(34)3824-1710 – Site: www.cisalp.mg.gov.br

fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.10. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo estipulado neste documento e/ou pela autoridade normativa de gestão e fiscalização sobre a execução do presente objeto, contados do recebimento provisório, os relatórios pós execução do serviço, para acompanhamento e repasse do pagamento, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado na execução do serviço objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento próprio do CISALP;

6.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

6.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

CESAR CAETANO
DE ALMEIDA
FILHO:910678986
20

Assinado de forma digital
por CESAR CAETANO DE
ALMEIDA
FILHO:91067898620
Dados: 2024.07.25
08:14:17 -03'00'

JVN COMERCIO
E
TRANSPORTES
LTDA:16483147
000110

Assinado de forma
digital por JVN
COMERCIO E
TRANSPORTES
LTDA:16483147000110
Dados: 2024.07.29
10:49:11 -03'00'

6.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.16. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.16.1. Os prazos de validade;

6.16.2. A data da emissão;

6.16.3. Os dados do contrato (CNPJ e nome do fornecedor com atenção para os casos de matriz e filial) e do órgão contratante;

6.16.4. O período respectivo de execução do contrato;

6.16.5. O valor a pagar; e

6.16.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.17. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

6.17.1 O prazo para a correção de que trata o item 7.11 por parte do fornecedor/prestador de serviço será estipulado pelo fiscal de contrato e/ou autoridade normativa de gestão e fiscalização sobre a execução do presente objeto;

6.17.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o fornecedor/prestador de serviço será informado pelo setor competente através de e-mail previamente informado pelo fornecedor/prestador de serviço.

6.18. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente sempre que possível deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF que abrangerá o NÍVEL III (Regularidade fiscal e trabalhista federal) ou, na impossibilidade de

CESAR CAETANO
DE ALMEIDA
FILHO:91067898
620
Assinado de forma
digital por CESAR
CAETANO DE ALMEIDA
FILHO:91067898620
Dados: 2024.07.25
08:14:26 -03'00'

JVN COMERCIO
E
TRANSPORTES
LTDA:1648314
7000110
Assinado de forma
digital por JVN
COMERCIO E
TRANSPORTES
LTDA:16483147000110
Dados: 2024.07.29
10:48:51 -03'00'

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada n° art. 68 da Lei n° 14.133, de 2021.

8.19. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.22. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.24. O pagamento realizado no prazo de 10 (dez) dias úteis, para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.25. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

CESAR CAETANO
DE ALMEIDA
FILHO:91067898
620

Assinado de forma
digital por CESAR
CAETANO DE ALMEIDA
FILHO:91067898620
Dados: 2024.07.25
08:14:40 -03'00'

JVN
COMERCIO E
TRANSPORT
ES
LTDA:16483
147000110

Assinado de forma
digital por JVN
COMERCIO E
TRANSPORTES
LTDA:1648314700
0110
Dados: 2024.07.29
10:48:35 -03'00'

6.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente ou boleto bancário, indicados pela contratada, devendo obrigatoriamente o crédito ser realizado para o mesmo CNPJ contratado com a administração pública.

6.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.29. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

6.30. Para a presente contratação nos pagamentos NÃO observarão condições semelhantes às do setor privado por não ser conveniente ao CISALP essa forma de pagamento.

6.31. As transferências que serão feitas para outros bancos que não seja banco do Brasil será descontado a despesa de transferência bancária.

6.32. Das Retenções Fiscais

6.33. Deverá ser retido na nota fiscal o valor de Imposto de Renda, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, e regulamentada no CISALP através da resolução nº 21/2023. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

6.34. DOS IMPOSTOS DE PIS, COFINS E CSLL: Os impostos de PIS, COFINS e CSLL não são passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.

6.35. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUANDO FOR O CASO) - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação

CESAR CAETANO DE
ALMEIDA
FILHO:91067898620
Assinado de forma digital por
CESAR CAETANO DE ALMEIDA
FILHO:91067898620
Dados: 2024.07.25 08:15:01
+03'00'

editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

6.36. A falta de destaque do valor de qualquer retenção no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CESAR CAETANO
DE ALMEIDA
FILHO:910678986
20

Assinado de forma digital
por CESAR CAETANO DE
ALMEIDA
FILHO:91067898620
Dados: 2024.07.25 08:15:24
-03'00'

JVN
COMERCIO E
TRANSPORTES
LTDA:164831
47000110

Assinado de forma
digital por JVN
COMERCIO E
TRANSPORTES
LTDA:16483147000
110
Dados: 2024.07.29
10:47:45 -03'00'

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio caso seja identificadas falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, exigindo o cumprimento do prazo para a sua correção conforme estabelecido neste Termo de Referência, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

8.4. Pagar à contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

8.6. Não praticar atos de ingerência na administração da contratada.

8.7. Disponibilizar todas as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.8. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado de eventuais preferências estabelecidas em lei.

8.9. Assegurar que o veículo atenda todas as exigências contidas neste documento e edital, a fim de que apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Fornecer os itens e executar os serviços, objeto deste Contrato de forma geral observando atentamente as especificações e exigências especificadas neste documento e edital.

9.2. Respeitar as normas técnicas atinentes a fabricação do item, garantindo qualidade e segurança.

CESAR CAETANO
DE ALMEIDA
FILHO:91067898
620

Assinado de forma
digital por CESAR
CAETANO DE ALMEIDA
FILHO:91067898620
Dados: 2024.07.25
08:15:38 -03'00'

JVN COMERCIO
E TRANSPORTES
LTDA:16483147
000110

Assinado de forma digital
por JVN COMERCIO E
TRANSPORTES
LTDA:16483147000110
Dados: 2024.07.29
10:47:25 -03'00'

- 9.3.** Ser responsável por qualquer dano e/ou defeitos que o item vir a apresentar, estando disponível para sanar dúvidas e possíveis inconsistências.
- 9.4.** Responsabilizar – se em fornecer o item, ora almejado, na quantidade estimada para cumprimento do proposto e perfeita execução do serviço.
- 9.5.** Executar o serviço de acordo com as determinações e especificações descritas, atendendo todas as necessidades do CISALP, Resolução SES/MG nº 9.158, de 22 de novembro de 2023, suas alterações e demais normativas instituídas pela Secretaria de Estado de Saúde referente ao Programa Vigilância Laboratorial.
- 9.6.** Cumprir com toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução do serviço.
- 9.7.** Prestar os serviços em conformidade com o objeto do ETP e desse contrato de forma que a prestação de serviços não gere vínculo empregatício entre os empregados da empresa Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 9.8.** Fazer a entrega e retirada, através do funcionário da Contratante, nomeado para este fim, dos veículos locados na cidade de Patos de Minas e Uberaba, nos endereços posteriormente apresentados pela contratante, no período de segunda a sexta-feira, de 08 às 12 h e das 13 às 16 h, excetuando-se feriados locais e nacionais.
- 9.9.** Dar início a prestação dos serviços através da entrega dos veículos em até no máximo 30 (trinta) dias úteis da emissão da ordem de serviço, considerando a necessidade de estruturação, início do serviço e demanda apresentada.
- 9.10.** Quando solicitado pela Contratante a retirada do veículo, seja ela por qualquer motivo, a mesma deverá ocorrer dentro do mês solicitado, visto que, caso ocorra a virada do mês, a contratante não se responsabilizará pelo pagamento da despesa gerada.
- 9.11.** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

CESAR CAETANO
DE ALMEIDA
FILHO:91067898
620

Assinado de forma
digital por CESAR
CAETANO DE ALMEIDA
FILHO:91067898620
Dados: 2024.07.25
08:15:47 -03'00'

JVN
COMERCIO E
TRANSPORTES
LTDA:1648314
7000110

Assinado de forma
digital por JVN
COMERCIO E
TRANSPORTES
LTDA:16483147000110
Dados: 2024.07.29
10:47:06 -03'00'

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

CESAR CAETANO
DE ALMEIDA
FILHO:91067898
620
Assinado de forma
digital por CESAR
CAETANO DE ALMEIDA
FILHO:91067898620
Dados: 2024.07.25
08:15:57 -03'00'

JVN COMERCIO
E TRANSPORTES
LTDA:16483147
000110
Assinado de forma
digital por JVN
COMERCIO E
TRANSPORTES
LTDA:16483147000110
Dados: 2024.07.29
10:46:48 -03'00'



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARAÍBA

CISALP

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

CESAR CAETANO
DE ALMEIDA
FILHO:91067898
620
Assinado de forma
digital por CESAR
CAETANO DE ALMEIDA
FILHO:91067898620
Dados: 2024.07.25
08:16:06 -03'00'

JVN COMERCIO
E
TRANSPORTES
LTDA:16483147
000110
Assinado de forma
digital por JVN
COMERCIO E
TRANSPORTES
Dados: 2024.07.29
10:46:31 -03'00'



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

CESAR CAETANO
DE ALMEIDA
FILHO:91067898
620

Assinado de forma
digital por CESAR
CAETANO DE ALMEIDA
FILHO:91067898620
Dados: 2024.07.25
08:16:24 -03'00'

JVN COMERCIO
E TRANSPORTES
LTDA:16483147
000110

Assinado de forma
digital por JVN
COMERCIO E
TRANSPORTES
LTDA:16483147000110
Dados: 2024.07.29
10:45:45 -03'00'



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CISALP deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Exercício de 2024:

5.1.3.10.302.9003.2.903.3.3.90.39 - Ficha 55.

CESAR CAETANO
DE ALMEIDA
FILHO:91067898
620

Assinado de forma digital por CESAR CAETANO
DE ALMEIDA FILHO:91067898620
Dados: 2024.07.25 08:16:34 -03'00'

JVN COMERCIO E
TRANSPORTES
LTDA:16483147
000110

Assinado de forma digital por JVN COMERCIO E TRANSPORTES LTDA:16483147000110
Dados: 2024.07.29 10:45:21 -03'00'

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Patos de Minas /MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Lagoa Formosa - MG, 24 de julho de 2024.

CESAR CAETANO
DE ALMEIDA
FILHO:9106789862
0

Assinado de forma digital por CESAR
CAETANO DE ALMEIDA
FILHO:91067898620
Dados: 2024.07.25 08:16:44 -03'00'

CISALP
César Caetano de Almeida Filho

JVN COMERCIO
E
TRANSPORTES
LTDA:16483147
000110

Assinado de forma
digital por JVN
COMERCIO E
TRANSPORTES
LTDA:16483147000110
Dados: 2024.07.29
10:44:56 -03'00'



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

JVN COMERCIO E
TRANSPORTES

LTDA:16483147000110

Assinado de forma digital por JVN
COMERCIO E TRANSPORTES
LTDA:16483147000110

Dados: 2024.07.29 10:44:06 -03'00'

JVN COMERCIO E TRANSPORTES LTDA

Paulo José Barbosa

TESTEMUNHAS:

1. TATIANA Assinado de forma
digital por
Nome: LUISA DE TATIANA LUISA DE
MELO:0893436666
CPF: MELO:089
34366664 Dados: 2024.07.25
08:17:05 -03'00'

2. LUISA Assinado de forma
digital por LUISA
Nome: BORGES BORGES
MUNDIM:1150637
CPF: MUNDIM:11
506376681 Dados: 2024.07.25
08:17:31 -03'00'